



**VIII CONCURSO DE PROVAS PÚBLICAS PARA ATRIBUIÇÃO DO TÍTULO
DE NOTÁRIO
18/09/2021**

Enunciado com 4 páginas

Direito Notarial e Direito Público

A) Direito Notarial

I (oito valores)

António dirige-se a um Cartório Notarial, solicitando a elaboração de uma escritura pública de partilha por óbito de seu pai *José Silva*, de nacionalidade portuguesa, viúvo, falecido no dia 02 de janeiro de 2020, em Lyon, França, onde teve a sua última residência habitual.

Considerando que *António* lhe prestou as seguintes declarações:

a) que o seu pai deixou testamento outorgado em 01 de agosto de 2015 num Cartório Notarial em Lisboa, em que declarou que instituía herdeira da sua quota disponível a sua neta *Beatriz* e que tinha 2 filhos, ele *António*, divorciado de *Bernardete*, com quem havia sido casado sob o regime da comunhão geral, e *Eduardo*, solteiro, mas unido de facto com *Fernanda*, divorciada;

b) que a decisão de divórcio de *António* e *Bernardete* transitou em julgado no dia 05 de junho de 2021;

c) que do acervo dos bens a partilhar fazem parte 2 imóveis, sendo 1 prédio rústico situado na freguesia de Aljubarrota, concelho de Alcobaça, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 139 da freguesia de Aljubarrota, e 1 prédio urbano composto por casa de um piso, com logradouro, edificada no lote 2 do loteamento 2/19, situado na freguesia de Fátima, concelho de Ourém, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 931, da freguesia de Fátima;



d) que atribuem os valores de 30.000,00 € ao prédio rústico e 60.000,00 € ao prédio urbano;

e) que pretendem que o prédio rústico seja adjudicado aos 2 filhos, *António* e *Eduardo*, e que o prédio urbano seja adjudicado apenas ao filho *António*;

f) que *Eduardo* é proprietário de um prédio rústico confinante com o prédio rústico a partilhar;

g) que pretendem estipular que as despesas com a limpeza do prédio rústico sejam suportadas por todos os herdeiros, e que essa obrigação se mantenha para o futuro, pretendendo que tal encargo fique a constar dos prédios, rústico e urbano, após a partilha;

Elabore o ato pretendido por *António*, suprimindo os elementos que faltam, indicando que documentos solicitava para instruir a escritura, justificando legalmente as decisões.

II (um valor)

Abel dirige-se ao seu Cartório Notarial, solicitando-lhe a feitura de um instrumento de abertura de testamento cerrado, apresentando para o efeito a fotocópia de um testamento cerrado lavrado por seu irmão *José* e aprovado num Cartório Notarial em Ponta Delgada.

Poderá lavrar tal instrumento?

Que documentos solicitava?

Justifique.

III (um valor e meio – 1,5)

Mariana dirige-se ao seu Cartório Notarial solicitando-lhe que a ajude na seguinte situação:

É dona de um prédio urbano que adquiriu em 1982 por escritura pública de compra e venda, em que foi vendedor *Bernardo*;



O prédio encontra-se registado a favor de *Miquelina*, viúva, constando do prédio uma inscrição do ano 1892;

Em 1932, *Miquelina* transmitiu o prédio a *Abílio* por escritura pública lavrada no Primeiro Cartório Notarial do Porto, desconhecendo, no entanto, *Mariana* o que sucedeu após o direito de *Abílio*.

Que hipóteses proporia a *Mariana*, e que procedimentos tomaria caso encontrasse uma solução para o caso, justificando legalmente a sua resposta.

IV (três valores e meio – 3,5)

Num requerimento inicial do incidente declarativo de reclamação à relação de bens, apresentada num processo de inventário para partilha por morte instaurado em 17 de dezembro de 2020, pendente no seu Cartório Notarial, o interessado reclamante afirma que existe um prédio urbano (casa de habitação) que pertencia ao inventariado, por o ter adquirido por contrato de compra e venda, e que não se mostra relacionado na relação de bens.

Indique:

1. Qual o regime legal aplicável no referido processo de inventário (0,5 valores);
2. Qual o direito (substantivo) invocado pelo reclamante na sua reclamação (0,5 valores);
3. O(s) facto(s) constitutivo(s) desse direito (que devem constar da alegação) (1,5 valores);
4. A quem incumbe o ónus de provar esse(s) facto(s), com indicação da norma legal aplicável (1 valor).

B) Direito Público

(seis valores)

Américo e a sua mulher, *Fernanda*, são proprietários de um prédio misto com a área de 50.880 m², situado numa área classificada como urbana no Plano Diretor Municipal em vigor, e pretendem proceder à celebração dos seguintes negócios jurídicos:

a) venda a *José* e mulher do prédio urbano e de 1/2 do prédio rústico (na parte onde estava implantada a edificação);

b) venda a *Henrique* e mulher de 1/2 do prédio rústico.

Se lhe fosse solicitada a realização desta escritura, que documentos exigiria que lhe fossem exibidos?

Justifique a sua resposta enquadrando a situação ao abrigo do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.